



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

140

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0308241-9

APELANTE: APEPE – ASSOCIAÇÃO DE EMPRÉSTIMO E POUPANÇA DE PERNAMBUCO

APELADO: IZIS FERREIRA DE ALMEIDA E OUTRO

RELATOR: Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

RELATORA SUBSTITUTA: Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. CÉDULA HIPOTECÁRIA DESCONSTITUIÇÃO DE SENTENÇA. INEXISTE NO CASO EM CONCRETO CULPA OU OMISSÃO DO APELANTE PARA PERQUIRIR DA CITAÇÃO DO APELADO/RÉU. AUSENTE DESÍDIA DO RECORRENTE NO SENTIDO DE OBTER O CORRETO ENDEREÇO DA APELADA PARA IMPLEMENTAR A CITAÇÃO VÁLIDA. INOCORRÊNCIA E PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. RECURSO PROVIDO POR UNANIMIDADE PARA O FIM DE ANULAR A SENTENÇA ATACADA. COM A CONSEQUENTE REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM PARA DAR PROSSEGUIMENTO AO FEITO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0308241-9, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos em dar provimento ao apelo, nos termos do voto do Des. Relator, constante dos autos, que fica fazendo parte integrante deste julgado (julgamento ocorrido em).

Recife, 1º de outubro 2013

Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro
Relatora Substituta



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

134

04

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0308241-9

APELANTE: APEPE – ASSOCIAÇÃO DE EMPRÉSTIMO E POUPANÇA DE PERNAMBUCO

APELADO: IZIS FERREIRA DE ALMEIDA E OUTRO

RELATOR: **Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

RELATORA SUBSTITUTA: Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Apelação interposto contra sentença (fls. 99/100) que reconheceu a prescrição do direito do autor, com base no art. 219, §5º, do CPC.

Cumprе consignar que a lide em comento teve início com a ação de execução, na qual o ora apelante objetiva receber o valor descrito na inicial.

Irresignado, o apelante aduz que não há que se falar em prescrição, uma vez que não foi negligente, pois informou diversos endereços dos apelados; bem como solicitou, à fl 47, a citação por edital, todavia o requerimento só foi levado a feito em 31.05.2010. Outrossim, afirma que a execução hipotecária é regida por lei própria, tendo prazo prescricional vintenário; motivo pelo qual o apelante defende que teria até maio de 2016 para propor a ação, tendo em vista que o vencimento da última parcela ocorreu em maio de 1996.

É o relatório.

Ao douto revisor.

Recife, 05.09.2013


Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro
Relatora Substituta



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

141

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0308241-9

APELANTE: APEPE – ASSOCIAÇÃO DE EMPRÉSTIMO E POUPANÇA DE
PERNAMBUCO

APELADO: IZIS FERREIRA DE ALMEIDA E OUTRO

RELATOR: **Des. Eduardo Augusto Paurá Peres**

RELATORA SUBSTITUTA: Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro

VOTO

Srs. Desembargadores,
Senhor (a) Procurador (a).

Cuida-se de apelação contra sentença que julgou improcedente a ação de execução proposta pela ora apelante, com arrimo no art. 219, §5º e 269, IV, do Código de Processo Civil, em virtude da prescrição do direito do autor.

Irresignado, o apelante aduz que não há que se falar em prescrição, uma vez que não foi negligente, pois informou diversos endereços dos apelados; bem como solicitou, à fl 47, a citação por edital, todavia o requerimento só foi levado a feito em 31.05.2010. Outrossim, afirma que a execução hipotecária é regida por lei própria, tendo prazo prescricional vintenário; motivo pelo qual o apelante defende que teria até maio de 2016 para propor a ação, tendo em vista que o vencimento da última parcela ocorreu em maio de 1996.

Cumpra aclarar que com o advento do novo Código Civil, no tocante à prescrição, houve a regulamentação da matéria através da regra de transição

0308241-9 (voto)

ara
1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

142

prevista no artigo 2.028 do novo Código Civil, a qual dispõe que o prazo prescricional do Código anterior somente é aplicado caso na data da vigência da nova lei já houvesse transcorrido mais da metade do prazo, ou seja, dez anos, o que inocorreu no caso em comento.

De modo que, no caso em tela, incide o prazo disposto no artigo 206, § 5º, inciso I, do Código Civil atual, o qual prevê o prazo quinquenal. Todavia, somente passa a fluir a partir da entrada em vigor do novel Código Civil; haja vista que o contrato teve como termo final o mês de maio de 1996.

É prudente afirmar que a ação em contenda foi ajuizada em 24.11.2000, ou seja, dentro do prazo de cinco anos, contado a partir da entrada em vigor do novo Código Civil.

Vislumbro nos autos que apesar de a citação de um dos demandados só ocorrer em 01.10.2010, fls. 87/90, não houve desídia no agir do recorrente, visto que o mandado de citação e penhora foi remetido ao CEMANDO em 14.02.2001 (fl. 39); entretanto, tão somente, em 12.12.2002 (fl. 63), foi devidamente cumprido.

Ressalto que o apelante solicitou em 16.05.2002 que o Oficial de Justiça certificasse que a Sra. Izis Pereira de Almeida se encontrava em local incerto e ignorado, para poder realizar a citação por Edital. Destaco, ademais, que o recorrente requereu continuamente diligências com o escopo de localizar a demandada (fls. 47, 69/70, 85); bem como, em razão do Novo Código de Organização Judiciária, foi requestada a redistribuição do processo em 22.07.2008 (fl. 72), sendo remetido à 4ª Vara Cível de Jaboatão dos Guararapes, apenas em 26.02.2009 (fl. 74).

✓



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

143

Logo, ausente descaso do autor em obter o correto endereço da apelada, a fim da mesma ser citada, não cabe o reconhecimento da prescrição.

Nesse sentido julga o Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. DEMORA DO RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. CULPA DO PODER JUDICIÁRIO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE INÉRCIA. MUTATIS MUTANDIS, APLICAÇÃO DA SÚMULA 106/STJ. 1. Inicialmente, para a ocorrência da prescrição, seja na forma de intercorrência, seja na forma do direito de ação, deve haver transcurso do tempo e ausência de causa eficiente que impeça o reconhecimento da prescrição. 2. No caso dos autos, apesar de o trânsito em julgado datar de 3.5.1999, e a execução ter sido iniciada em 24.1.2008, o Tribunal de origem, que detém ampla cognição fático-probatória do caso concreto, expressamente consignou que, por culpa exclusiva do mecanismo do Poder Judiciário, não foi realizada a execução e não houve inércia dos exequentes. Incide no caso, mutatis mutandis, a Súmula 106/STJ: "Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência". 3. Agravo Regimental não provido. (AgRg no REsp 1259129/PE; STJ; 2ª Turma; Rel. Min. Herman Benjamin; DJ 19.12.2012)

DIREITO CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LOCAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NÃO-OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a norma prevista no art. 219, § 4º, do CPC, visa proteger o devedor da desídia do credor que, sem motivos, não toma as providências para sua



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

144

citação. Ausente esta, todavia, não há falar em prescrição intercorrente. 2. Recurso especial conhecido e improvido. (REsp n. 898.975 – DF; STJ; Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima. DJ 17.12.2007)

Com tais considerações, meu voto é no sentido de dar provimento ao presente apelo, para o fim de anular a sentença ora atacada; devendo, por conseguinte, os autos retornarem ao juízo de origem para dar prosseguimento à ação originária.

É como voto.

Recife, 11 de outubro de 2013

Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro
Relatora Substituta



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

145

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº0308241-9

APELANTE: APEPE-Associação de Empréstimo e Poupança de Pernambuco

APELADA: IZIS PEREIRA DE ALMEIDA E OUTRO

REVISÃO: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

VOTO DE REVISÃO

Voto no sentido de dar provimento ao recurso para anular a sentença recorrida devendo os autos retornarem ao juízo de origem para dar prosseguimento a ação originária.

Recife, 01 de outubro de 2013.


DES. FERNANDO MARTINS
REVISOR